



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA**

Prestação de serviços especializados e continuados de monitoramento de informações nas mídias impressa, eletrônica e digital sobre a Justiça Eleitoral em âmbito municipal, regional e nacional.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## 1 Objeto da Contratação

Prestação de serviços especializados e continuados de monitoramento de informações nas mídias impressa, eletrônica e digital sobre a Justiça Eleitoral em âmbito municipal, regional e nacional.

## 2 Fundamentação da Contratação

### 2.1 Motivação

Trata-se de serviço de apoio e suporte às atividades da ASCOM, sendo essencial para apuração e avaliação da atuação da Justiça Eleitoral na mídia impressa, eletrônica e digital em âmbito municipal, regional e nacional, além do redirecionamento das próprias atividades da ASCOM com base nessa apuração e avaliação. Nesse sentido, importante destacar o crescente processo de valorização da comunicação interna e externa do TRE-SC. Cada vez mais informações são divulgadas, como forma de aproximar a Justiça Eleitoral de seus públicos-alvo, sendo que, por meio da clipagem, é possível verificar o resultado desse processo.

### 2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Como benefício advindo desta contratação está a apuração e avaliação da atuação da Justiça Eleitoral na mídia impressa, eletrônica e digital, em âmbito municipal, regional e nacional, a possibilitar o redirecionamento das ações de divulgação do TRESC.

### 2.3 Alinhamento Estratégico

A contratação harmoniza-se com as necessidades do negócio do TRE-SC, estando alinhada com os objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico 2016-2020 do Tribunal: “Garantia dos Direitos de Cidadania”.

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEJE	<ul style="list-style-type: none"><li>Garantia dos direitos de cidadania</li><li>Desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando o acesso à informação, práticas sustentáveis e acessibilidade.</li></ul>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **2.4 Estudos Preliminares do Objeto**

Documento juntado ao PAE nº 1.814/2020 às fls. 8/19.

### **2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada**

No ano de 2016 (ano de eleição municipal que pode balizar a atual contratação) foram realizadas 1.488 clipagens de TV, 318 de rádio, 3.702 de jornal, e 3.670 de notícias na *internet*. Esses números podem variar, dependendo da quantidade de informações divulgadas pela imprensa passíveis do serviço de monitoramento. Além disso, os números demonstram que esse serviço é de suma importância, visto que não há, entre os servidores do Quadro do TRESC, ou mesmo entre os terceirizados, mão de obra que possa efetuar esse tipo de levantamento, com tamanha precisão, abrangendo as mídias impressa, eletrônica e digital sobre a Justiça Eleitoral, em âmbito municipal, regional e nacional, e incluindo todas as atividades descritas no subitem 3.1.

### **2.6 Objetos Disponíveis**

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### **2.7 Caracterização e Composição do Objeto**

Contratação de empresa para prestar serviços de monitoramento de informações nas mídias impressa, eletrônica e digital sobre a Justiça Eleitoral em âmbito municipal, regional e nacional.

Características e composição do objeto descritos no subitem 3.1 deste Projeto Básico.

### **2.8 Parcelamento e Adjudicação**

A contratação deve seguir sem possibilidade de parcelamento, uma vez que se trata de objeto único. Assim, a adjudicação será do único item a ser contratado, a saber, o monitoramento de informações nas mídias impressa, eletrônica e digital sobre a Justiça Eleitoral em âmbito municipal, regional e nacional.

### **2.9 Seleção do Fornecedor**

#### **2.9.1 Critérios de Habilitação**

As empresas interessadas em participar do certame deverão apresentar Atestado de



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços já realizados com características semelhantes ao objeto da licitação.

### **2.9.2 Critérios de Preferência e de Desempate**

Os critérios de preferência e de desempate deverão obedecer à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n.123/2006.

### **2.10 Modalidade e Tipo de Licitação**

Uma eventual licitação deve ser realizada por meio de Pregão eletrônico, do tipo menor preço.

### **2.11 Obrigações da Proponente**

Os proponentes, caso julguem necessário, poderão realizar visita técnica, mediante agendamento prévio junto ao titular da ASCOM, ou seu substituto, pelo telefone (48) 3251-3835, no horário de 13 às 18h.

### **2.12 Obrigações da Contratante**

Promover, por meio do titular da ASCOM, ou seu substituto, o acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

### **2.13 Obrigações da Contratada**

A Contratada ficará obrigada a:

1. Executar o objeto proposto nas condições estipuladas no Contrato;
2. Iniciar os serviços, em até 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento do Contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC;
3. Após recebidos, os serviços serão conferidos pelo setor competente e, caso constatada qualquer irregularidade, a Contratada deverá refazê-los em até 24 (vinte e quatro) horas;
4. Estando em mora a Contratada, o refazimento dos serviços de que trata o item acima não interromperá a multa prevista no ANEXO I, item 1.11 deste Projeto Básico;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5. Em caso de refazimento de serviços, conforme previsto no item 3, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes;
6. Reportagens de interesse urgente, selecionadas em qualquer mídia pela Assessoria de Comunicação Social do TRESC, devem ser entregues em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação, sendo estimado um número de 30 (trinta) pedidos durante a vigência do respectivo contrato;
7. Não ter entre seus sócios servidor ou dirigente do TRESC, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/93;
8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, sem prévia anuência do TRESC;
9. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas; e
10. Apresentar autorização expressa dos veículos de imprensa para veiculação de conteúdo de suas titularidades, por meio dos serviços de clipping.

### 2.14 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## 3 Especificação Técnica Detalhada

### 3.1 Requisitos Técnicos

Considerando que se trata de atividade de suporte/apoio, entende-se que os requisitos funcionais são as atividades relacionadas ao monitoramento da Justiça Eleitoral na mídia, quais sejam:

1. Entrega do material:

#### 1.1 Via *internet*:

1.1.1 atualização e disponibilização diária na internet, para download e impressão, até as 11 horas (incluindo finais de semana e feriados), das matérias de veículos impressos, mídia digital e matérias dos veículos de rádio



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e TV (áudio e vídeo), com possibilidade de consultas retroativas a partir do início do contrato e busca por assunto, veículo, data, bem como pelo inteiro teor do conteúdo das matérias; e

1.1.2 no topo da página, deve constar a logomarca personalizada do TRESA, enviada pela Contratante. A página inicial deverá apresentar a clipagem do dia, agrupadas por mídias (ex: jornais impressos; colunistas políticos; internet; TVs; rádios; revistas...), sub-agrupadas por veículo de comunicação e ordenadas pela data/hora de publicação (mídias eletrônicas e digitais). A impressão da clipagem deverá contemplar a opção individual e coletiva (permitindo selecionar várias matérias).

1.2 produção de *newsletter* contendo todas as matérias sobre a Justiça Eleitoral, a cada dia, que deverá ser encaminhada à Assessoria de Imprensa por correio eletrônico e que permita o acesso aos conteúdos por meio de *links*. Este produto deverá englobar matérias de veículos impressos, mídia digital e matérias dos veículos de rádio e TV (áudio e vídeo). A disponibilização deve ocorrer até as 13h30.

1.3 disponibilização mensal do material para download, em arquivos compactados. A entrega do material deverá ocorrer até o 10º dia útil do mês subsequente: reportagens de TV, com as sinopses em arquivo .txt inclusas, no formato .mp4, codificado em H.264, com o tamanho do quadro de 480p e 768.000 bps de bitrate; reportagens de rádio, com as sinopses em arquivo .txt inclusas, no formato .mp3, com 128 Kbps de bit rate; reportagens na mídia impressa, com as sinopses em arquivo .txt inclusas, digitalizadas no formato .pdf, com camada OCR embutida e pesquisável; e reportagens na mídia eletrônica, em formato .pdf pesquisável. Deverá constar nos arquivos compactados, para cada matéria e/ou reportagem, um arquivo no formato XML, contendo informações referentes aos arquivos de mídia gravados para posterior inclusão em sistema informatizado do TRESA.

2. Quanto ao material, a contratada deve realizar a clipagem da mídia impressa no formato corte e colagem do material impresso, incluindo foto, se houver, com a digitalização deste material contendo camada OCR embutida e pesquisável em formato PDF, observando, ainda:

2.1 Clipagem dos jornais impressos: Grupo NSC – Santa Catarina; Notícias do Dia – Santa Catarina; Diário do Litoral (Diarinho); Notisul - Tubarão; Folha de São Paulo; Estado de São Paulo; e Valor Econômico. Além dos jornais



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

citados, os jornais filiados à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjorisc) e à Associação dos Diários do Interior de Santa Catarina (ADI), bem como a íntegra das colunas políticas: Moacir Pereira (DC); Ânderson Silva (DC); Pedro Machado (Santa); Jefferson Saavedra (AN) e Fábio Gadotti (Notícias do Dia).

2.2 Clipagem semanal das principais revistas nacionais: Isto É; Época; Veja; e Carta Capital.

2.3 Clipagem diária dos Veículos de TV de Santa Catarina: deste item, devem ser monitorados, além das TVs citadas abaixo, as emissoras filiadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT). Em determinadas circunstâncias, poderão ser solicitadas reportagens de veículos nacionais. TVs: NSC TV - todas as suas afiliadas em Santa Catarina; RECORD NEWS; NDTV/RECORD - todas as suas afiliadas em Santa Catarina; SBT - todas as suas afiliadas em Santa Catarina; TV ALESC - Florianópolis; TV Câmara – Florianópolis; TV Justiça - Canal fechado; e TV Catarina - todas as suas afiliadas em Santa Catarina.

2.4 Clipagem diária dos Veículos de Rádio de Santa Catarina: deste item, devem ser monitoradas, além das rádios citadas abaixo, as filiadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT). Em determinadas circunstâncias, poderão ser solicitadas reportagens de veículos nacionais. Rádios: Guararema - São José; Guarujá - Florianópolis; Rádio Justiça - Brasília. Record - Florianópolis; CBN Diário – Florianópolis; Rádio Globo – Joinville; Regional - Florianópolis; e RNA- ACAERT.

2.5 Clipagem diária dos seguintes sites de notícias: Blogs on line do Grupo NSC – Santa Catarina: Moacir Pereira; Upiara Boschi; Ânderson Silva; Jefferson Saavedra e Carolina Bahia; ND online – Fábio Gadotti; G1 SC; OCP News; site do Diário do Iguaçu – Oeste de Santa Catarina; Blog do Prisco; jornal Folha de São Paulo; jornal O Estado de São Paulo; jornal Valor Econômico; O Globo; site Agência Brasil; site da revista Carta Capital. Site da revista Época; site da revista IstoÉ; site da revista Veja; G1; UOL e site do Consultor Jurídico São Paulo.

### 3.1.1 Códigos SIASG

22870

### 3.1.2 Vigência

O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31 de outubro de 2020, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## ANEXO I – Plano de Fiscalização

### 1 Execução e Gestão do Contrato

As ferramentas e os materiais necessários à realização dos serviços serão de responsabilidade da empresa contratada.

O gestor do contrato será o titular da Assessoria de Comunicação Social da ASCOM do TRESC, ou seu substituto, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993.

#### 1.1 Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da contratada

Ao Gestor, ficara assegurado o direito de:

- a) Exigir o cumprimento da prestação dos serviços especializados e continuados de monitoramento de informações nas mídias impressa, eletrônica e digital sobre a Justiça Eleitoral em âmbito municipal, regional e nacional, conforme descritos no item 3.1 deste Projeto Básico;
- b) O acompanhamento de que trata o subitem 1.5 não exime o licitante vencedor de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto deste edital.
- c) Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução do objeto deste contrato deverão ser sanadas junto à Assessoria de Comunicação Social, pelo telefone (48) 3251-3835 ou pelo email [pres-ascom@tre-sc.jus.br](mailto:pres-ascom@tre-sc.jus.br).

#### 1.2 Dinâmica de Execução

A entrega do serviço à Assessoria de Comunicação Social deste TRE-SC será continuada, com o início da execução em até 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento do Contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC, conforme previsto no item 2.15 (2), e dinâmica de acordo com o especificado no subitem 3.1.

#### 1.3 Instrumentos Formais

Será formalizado o devido contrato para a prestação de serviços especializados e continuados de monitoramento de informações nas mídias impressa, eletrônica e digital sobre a Justiça Eleitoral.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **1.4 Acompanhamento do Contrato**

O contrato será acompanhado pelo titular da Assessoria de Comunicação Social da ASCOM do TRESC, ou seu substituto, ou seu assistente.

### **1.5 Recebimento Provisório e Definitivo**

O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços.

O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

### **1.6 Pagamento**

O pagamento será feito em favor da contratada, mensalmente, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da entrega do objeto contratado.

### **1.7 Transferência de conhecimento**

São assegurados ao TRESC, com exclusividade, os seguintes direitos:

- a) propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pela Contratada relativos ao objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, sendo permitido ao TRESC distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações; e
- b) direitos autorais de todos os produtos gerados na execução do contrato decorrente deste Projeto Básico / Termo de Referência, ficando proibida a utilização pela Contratada sem autorização expressa do TRESC, sob pena de multa e sanções civis e penais cabíveis.

### **1.8 Descumprimento Contratual**

Se o licitante vencedor descumprir as condições do Contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.9 Penalidades

Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

Para os casos não previstos no subitem 1.9, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor mensal estimado pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado do contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

- 1.9.1 As sanções estabelecidas no subitem 1.9 e na alínea “f” acima são de competência do Presidente do TRESC.
- 1.9.2 Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto desta Contratação, sujeitará o licitante, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução dos serviços.